

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A PRÁTICA DE ATOS ILÍCITOS E IRREGULARES NO ÂMBITO DA EMPRESA PETRÓLEO BRASILEIRO S/A (PETROBRAS), ENTRE OS ANOS DE 2005 E 2015, RELACIONADOS A SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO DE REFINARIAS NO BRASIL; À CONSTITUIÇÃO DE EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS E SOCIEDADES DE PROPÓSITO ESPECÍFICO PELA PETROBRAS COM O FIM DE PRATICAR ATOS ILÍCITOS; AO SUPERFATURAMENTO E GESTÃO TEMERÁRIA NA CONSTRUÇÃO E AFRETAMENTO DE NAVIOS DE TRANSPORTE, NAVIOS-PLATAFORMA E NAVIOS-SONDA; A IRREGULARIDADES NA OPERAÇÃO DA COMPANHIA SETE BRASIL E NA VENDA DE ATIVOS DA PETROBRAS NA ÁFRICA

**REQUERIMENTO Nº , de 2015
(Do Sr. Júlio Delgado)**

Requer a convocação do Sr MARIO GOES para prestar depoimento a esta CPI.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, com base no art. 58, § 3º da Constituição Federal; no art. 2º, da Lei nº 1579, de 1952; no art. 36, II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados; e no art. 218 do Código de Processo Penal; que seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Sr. MARIO GOES, empresário, para prestar esclarecimentos sobre o esquema de desvio de dinheiro nos contratos de obras da Petrobras.

JUSTIFICAÇÃO

O empresário Mário Goes está preso em Curitiba como suspeito de ser o responsável pelo repasse de propina para políticos e empregados da Petrobras oriunda dos contratos superfaturados que as empreiteiras celebravam com a estatal.

O nome do empresário surgiu na Operação Lava Jato depois que o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco afirmou em sua delação premiada que dos US\$ 97 milhões que recebeu, US\$ 7,5 milhões foram repassados por Mário Goes.

No dia 5 de fevereiro, a Polícia Federal realizou busca na casa e nos escritórios de Mario Goes e os documentos encontrados provam que ele recebeu R\$ 39,6 milhões de seis empreiteiras investigadas na Operação Lava Jato e consórcios das quais elas faziam parte durante os anos de 2006 a 2014.

De acordo com os procuradores do Ministério Público, Mário Goes exercia um papel semelhante ao de Alberto Youssef, identificado com um dos principais operadores do esquema de corrupção existente na Petrobras. Os procuradores afirmam ainda que duas empresas do empresário, a Riomarine Oil e Gas e a Mago Consultoria, firmaram contratos fictícios de serviços de consultoria para justificar os pagamentos feitos pelas empreiteiras.

Ante o exposto, entende-se necessária a convocação do Sr. Mario Goes para esclarecimentos a esta Comissão, tendo em vista os novos fatos acima citados decorrentes da Operação Lava Jato, que apura o esquema de corrupção na Petrobras.

Sala da Comissão, em de de 2015.

**Deputado JÚLIO DELGADO
PSB/MG**